

ESCRAVIDÃO EM FEIRA DE SANTANA, FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DAS ITAPOROROCAS (1785-1826): relações sociais e afetivas entre escravizados/as.

Yves Samara Santana de Jesus¹

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar a conjuntura política, econômica e social de Feira de Santana nos séculos XVIII e XIX, uma vez que, os estudos da escravidão têm privilegiado a capital e o Recôncavo Baiano, afirmo a possibilidade de superação dos limites geográficos e conceituais. No tocante da sociabilidade, busca-se compreender o batismo de africanos na Freguesia de São José das Itapororocas no período compreendido entre 1785 e 1826.

Palavras-chave: Feira de Santana, Escravidão, Batismo de Escravos.

Abstract

This paper aims to analyze the political, economic and social development of Feira de Santana in the eighteenth and nineteenth centuries, since the studies of slavery and capital have privileged Recôncavo, affirm the possibility of overcoming geographical boundaries and conceptual. In terms of sociability, we seek to understand the baptism of Africans in the Parish of St. Joseph of Itapororocas the period between 1785 and 1826.

Keywords: Feira de Santana, Slavery, Baptism of Slave.

41

¹ Mestre em História Regional e Local na Universidade do Estado da Bahia, Campus V – Santo Antonio de Jesus. E-mail: yves_samara@hotmail.com

Os estudos sobre a presença de escravos são muito recentes na região de Feira de Santana. A ausência explica-se, em grande parte pelo silenciamento da historiografia feirense sobre esse grupo social. Feira de Santana é considerada a porta de entrada para o sertão desde sua eminência até os dias atuais. Nos últimos anos, os estudos historiográficos têm o papel de redimensionar a história feirense e trazer à tona os sujeitos históricos ausentes nas discussões, em que, atribuem a necessidade de dar vozes aos excluídos da história e acompanhar o desenvolvimento da história da escravidão no Brasil, mais precisamente, no século XX.

O ponto de partida das discussões sobre a historiografia feirense pode ser iniciado com a utilização de referenciais teóricos sobre a temática e partir daí fazer uma cronologia dos estudos sobre o processo escravista na região agrestina. As análises feitas pelos autores servem como aportes teóricos para contextualização. A contextualização do período identifica a composição social diversificada da localidade que foi (re) interpretada pelos horizontes teóricos da época. As pesquisas históricas colocam Feira de Santana como uma comunidade de localização privilegiada e desenvolvimento de diversas atividades econômicas (policultura), sem anular a existência de conflitos no espaço público entre os grupos que ocupam esse terreno espacial. Nesta perspectiva interpretativa, utilizarei como referenciais teóricos os seguintes autores que tratasse mais do debate historiográfico: Popino (1968), Celeste Pacheco (1990), Zélia de Jesus (1990), Clóvis Ramaiana (2000), Luis Cleber (2007), Flaviane Nascimento (2008) e Max Oliveira (2009).

O presente trabalho objetiva compor as vagas incompletas sobre a história do

sertão baiano, pouco se sabem sobre as reminiscências da população negra cativa na região, as experiências cotidianas, resistências, trajetórias individuais e coletivas dos egressos do sistema escravista. Na análise de Freire, o sertão é caracterizado, neste trecho:

Num sentido amplo, o sertão compreende o interior afastado das terras do litoral, constituído de caatingas, chapadões, matas de galerias, campos e cerrados. Ocupando a maior parte do sertão e mesmo sofrendo com o fenômeno periódico da seca, a caatinga mostrou-se de fácil adaptabilidade para o desenvolvimento da pecuária bovina. Ela se desenvolve em clima semi-árido, em regiões de baixo índice pluviométrico, onde o calor fatigante durante o dia é compensado pela queda brusca da temperatura à noite. A forragem que cobre o seu solo, juntamente com as árvores e os arbustos, ficam inteiramente nus na época da estiagem, compondo uma paisagem que, vista de longe, aparenta um tom ocre. Entretanto, basta a chuva se manifestar com suas fortes trovoadas e, em poucos dias, a paisagem muda de cor, apresentando-se em toda a sua plenitude encoberta de vários “tons de verde e o solo nu desaparece debaixo das gramíneas rasteiras que florescem em cachos de todas as cores” (2007, p.26).

Outro elemento importante é utilizar as vertentes teóricas para desmitificar a ausência negra no processo identitários da região, no qual, são notadamente vinculados á cultura vaqueira¹. Os estudos recentes da história da escravidão fizeram um aparato de conhecimento sobre a religiosidade, família negra, formas de resistência, inserção no mercado de trabalho e identidades étnico-

¹ Os vaqueiros, a principio de origem indígena, mais tarde, constituída por mamelucos. (LIMA, 1990, p.41)

raciais. Pretendendo complementar os avanços dos estudos contemporâneos sobre a história da escravidão no que diz respeito às possibilidades de informações presentes nessas fontes, destacam-se os arquivos paroquiais. Os registros eclesiásticos trazem dados sobre os negros cativos, libertos e livres, além das outras informações presentes nos livros de batismo que são de suma importância para os questionamentos sobre a organização social feirense, de forma múltipla e distinta.

A história de Feira de Santana foi construída na lógica de uma região estratégica de passagem de boiadas e vaqueiros e dos grandes personagens históricos da região em detrimentos da negação de outros sujeitos, ou seja, a região feirense destacou-se os referenciais sócio-culturais tidos como importantes para o alcance da tida civilização. Desta forma, as lutas dos grupos sociais pertencentes à sociedade sertaneja foram colocadas em segundo plano, tal como, o esquecimento do passado escravista eminente na localidade. Foi das trocas praticadas entre a Cidade da Bahia e os vastos sertões, para adiante do Recôncavo muitas léguas, que a povoação que um dia seria a que hoje conhecemos, começou a surgir.

Tal perspectiva revela a importância do estudo sobre a escravidão em Feira de Santana, para entendermos as redes sociais construídas no seio escravista que foram reelaboradas no pós - abolição. Os estudos sobre a temática, de certa forma, estão avançando com a utilização de fontes documentais inexploradas, como os registros paroquiais. Os registros paroquiais contribuem para acompanhar as trajetórias e memórias dos escravizados/as e os grupos familiares ao longo do tempo da escravidão. Segundo *Slenes*, além dos registros eclesiásticos existe uma série de diversos

documentos sobre trajetória dos escravizados.

Os documentos que permitem compreender o sistema escravista e suas ligações sociais são os seguintes: matrículas e listas de escravos anexas aos inventários *post-mortem*, assentos de batismo, casamento e registros cartoriais.² Referentes aos estudos sobre população negra cativa, destaca-se o trabalho de Isabel Reis³, a sua pesquisa sobre família negra na Bahia, a autora utiliza os assentos de casamentos da Freguesia da Sé (Salvador) e das listas de classificação dos cativos a serem alforriados pelo Fundo de Emancipação em Inhambupe (Sertão) e Ilhéus (Extremo Sul da Província) como suportes para o estudo da formação familiar da Bahia no século XIX. Assim sendo, a histografia da escravidão feirense pode ser exploradas pelos pesquisadores e historiadores, devido a gama de fontes inexploradas e disponíveis para o aprofundamento da temática. Além disso, os cruzamentos das informações fornecidas pelas fontes presentes nos inventários, nas listas de matrícula, assentos batismais e casamentos de escravos, nos permitem uma análise mais aprofundada sobre as relações sociais dentro e fora do cativeiro.

O estudo sobre Feira de Santana perpassa, pela análise do mito de fundação até as contribuições dos grupos sociais envolvidos no processo histórico para a

² Ver Robert Slenes. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

³ Ver Isabel Cristina Ferreira dos Reis. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*, Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. Na mesma linha interpretativa, Cacilda Machado e Manolo Florentino utilizaram no seu trabalho sobre família escrava as seguintes fontes: listagens de escravos constantes de inventários *post-mortem*, registros eclesiásticos (batismos, matrimônios e listagens de escravos pertencentes à Igreja Católica), oficiais e privados.

construção identitária da região. O mito de fundação de Feira de Santana foi construído sobre o casal Araújo/Brandão, cristãos, donos de uma grande área na região devido a sua receptividade aos visitantes e comerciantes da época, culminou no povoamento da região. A origem de Feira de Santana esteve atrelada ao mito de fundação do casal protagonista em detrimento dos silenciamentos e/ou exclusão da outra parcela da população na edificação da cidade.

Um dos primeiros trabalhos percussores sobre a história socioeconômica de Feira de Santana foi o de Poppino. O brasileiro Poppino ao investigar sobre a origem de Feira de Santana nas discussões presentes na sua obra, o autor focaliza suas investigações desde o mito de fundação, desenvolvimento de variadas atividades econômicas na região e a ocupação étnico-racial no espaço. As atividades econômicas realizadas na localidade feirense eram marcadas pelas relações escravistas. O trabalho de Poppino foi o mais significativo no final da década de 60, no qual, é feita uma abordagem das formações econômicas, políticas e sócio-culturais da região do semi-árido⁴.

Os trabalhos de Celeste Pacheco e Zélia Lima das décadas de 90 fogem da história positivista, dos grandes mitos e personagens. As autoras fizeram novas leituras historiográficas críticas, sem imposição de uma verdade absoluta, contradizendo as idéias romantizadas dos autores da história conservadora sobre a história do povoamento de Feira de Santana. Os respectivos trabalhos resgatam os excluídos da história mostrando as suas estratégias de sobrevivên-

cia e resistências às modificações do espaço que estavam inseridos.

O trabalho de Celeste Pacheco, *Origens do Povoamento em Feira de Santana: Um estudo de história colonial* contextualiza-se numa rediscussão da historiografia clássica de surgimento do povoado feirense e dos fatos sobre os mitos de fundação de Feira de Santana. Primeiramente, ela faz uma abordagem dos suportes teóricos que enalteciam a idéia estática de surgimento da cidade em torno do casal de católicos, ou seja, não exclui a importância deles na fundação e construção identitária sertaneja, mas, reconhece outros grupos e relações sociais distintas do modelo cristão e patriarcal da historiografia dominante.

O trabalho de Celeste Pacheco não objetiva o resgate dos outros grupos sociais na fundação e no povoamento da cidade de Feira de Santana. O trabalho engloba as particularidades e divergências de versões e hierarquização dos grupos sociais feirenses sobre o mérito da fundação da cidade. O trabalho de Celeste Pacheco prossegue as discussões feitas por Poppino (1968) sobre as peculiaridades presentes na região de Feira de Santana.

Na linha interpretativa sobre a composição social de Feira de Santana, especialmente, o papel de protagonista do negro escravo na região, o trabalho de Zélia Jesus Lima é bastante convidativo ao refletir sobre Lucas da Feira, a autora aponta o reconhecimento da presença negra na construção do território feirense, mesmo que, em termos numéricos não seja tão significativa. A construção negativista de Lucas da Feira e sobre os negros escravizados/as, fica nítida neste trecho: “Dentro desse modelo constituído contra o negro, atitudes como a de Lucas só poderiam ser compreendidas com relação natural causa e efeito. Á

⁴ Semi-árido – Qualquer região afastada das terras cultivadas e das costas, coberta de vegetação áspera (Mattoso, 1992, p.63).

má índole, as barbaridades e outros conceitos negativos sobre Lucas residiam, exatamente, nos seus atos criminosos, mas, em uma determinação anterior. Ele seria rebelde porque era negro, e não porque era escravo. (LIMA, 1990, p.225)”.

Primeiramente, é feita uma abordagem sobre a estrutura socioeconômica de Feira de Santana nos séculos XVIII e XIX, e posteriormente, a discussão é focalizada na figura de Lucas Evangelista dos Santos – Lucas da Feira. A autora afirma que a ocultação da escravidão em Feira, é devida, a existência de um preconceito bibliográfico em relação à história de Lucas, ou seja, as lembranças e similaridades feitas ao bandido escravo eram renegadas pela comunidade feirense. A retirada historiográfica do escravo era uma estratégia de afirmação de uma hierarquia social e racial, pois, existia a coisificação do escravo na Sociedade Imperial, essa característica fica evidente neste trecho:

Do ponto de vista, o escravo era excluído da categoria de cidadão, equiparando-se às coisas, enquanto sujeito à propriedade e ao domínio de outrem e, portanto, privado de quaisquer direitos civis. Porém, ainda que despersonalizado e reduzido a objeto de propriedade, na legislação criminal ele era responsável pelos seus atos: logo, sujeito a processo. (LIMA, 1990, p.184).

Neste aspecto, o conhecimento do processo escravista na região agrestina é uma ressignificação de valores socioculturais no plano teórico, a posteriori, uma sustentação étnica e suas implicações na contemporaneidade. Lima analisa a tal questão neste fragmento:

No passado, a escravidão era aceita sem que as camadas dominantes questionassem a legitimidade do cativo. Muitos justificavam a escravidão argumentando que, graças a ela, os negros eram resgatados da ignorância em que viviam, sobretudo quando convertidos ao cristianismo. Outros afirmavam que conversão libertava os negros do pecado e lhes abria a porta da salvação eterna. Para nós, esses argumentos podem parecer cínicos, mas, naquela época, eles tinham o maior poder de persuasão: A ordem social era considerada expressão dos desígnios da Providência Divina, e, portanto, não era questionada. Acreditava-se ser a vontade de Deus que alguns nascessem nobres, outros vilões, uns ricos, outros pobres, uns livres, outros escravos. Deste modo, não cabia os homens modificar a ordem social. Assim justificada pela Igreja e pelo Estado, a escravidão não era censurada e nem imoral. A Igreja limitava-se a recomendar paciência aos escravos e a benevolência aos senhores. (1990, p.231).

Eis o cerne do conflito, pois, o convívio e a idéia da escravização negra eram normatizados nas instâncias sociais e o provável surgimento de estudos sobre os sujeitos historicamente excluídos da história contrapõe essa naturalização de exploração de mão-de-obra negra cativa, na qual, o ideal de civilização implantado na sociedade imperial extinguiu os resquícios da escravidão na localidade.

No decorrer de sua abordagem sobre a presença negra em Feira de Santana, Lima enfoca alguns autores que tentam desvincular o passado escravista e de Lucas da Feira da organização social do sertão baiano, ressalte-se, que tais atribuições são feitas no contexto de interação social dos diversos grupos, ou seja, as características que foram levadas em consideração na formação social são dos grupos hierárquicos e de descendên-

cia branca da região. A descendência branca na região feirense no contexto escravista era uma forma de prestígio social na sociedade escravocrata, mesmo as pessoas de pele mais clara conseguiam adquirir algum prestígio sociais dentro da complexidade de relações sociais presentes na comunidade feirense. Referente a esta afirmação, Juvenal Carvalho expôs que o fim do tráfico negreiro e a chegada dos imigrantes revelaram a necessidade de implantação da política de embranquecimento no Brasil, ao relatar que:

As classes dirigentes brasileiras desenvolveram uma política agressiva e deliberada de cortar os vínculos que ligam o nosso país com a África. Todo esforço seria então realizado para dar ao Brasil a aparência de nação européia. O embranquecimento da nação passaria, entre outras coisas, pelo mais completo afastamento da África e pela destruição dos sinais que traduzissem a herança africana. A África passa a ser vista como uma totalidade geográfica e humana homogênea, desconhecida e distante. (2009, p.10 e 11).

Em meio a essa tensão social, falar de Lucas da Feira, como referencial identitário para aos feirenses é retirar do imaginário social a visão negativa referente ao sujeito escravo historicamente marginalizado e de descendência africana.

O estudo de Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira denominado *De Empório a Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana (1893 -1937)* mostra a importância das contribuições interétnicas na composição social da sociedade agrestina, desde os conflitos nos espaços urbanos até as identidades (re) criadas no espaço. Feira de Santana uma cidade construída no interior da

Bahia, com sólidas bases rurais, certamente a chegada de tais novidades provocaram conflitos, uma vez que, entraram em choque com as duas características de Feira de Santana de um lado o passado rural e do outro o fortíssimo incremento do comércio e o desenvolvimento urbano (2000, p.25). A cidade de Feira de Santana foi construída como o lugar de entreposto comercial entre o Sertão e a Capital e de passagens de vaqueiros e tropeiros, ou seja, as experiências de outros grupos sociais ao longo do tempo foram esquecidas e/ou negligenciadas pelos os trabalhos historiográficos feirense

O trabalho de Oliveira e os demais trabalhos produzidos na década de 90 estão inseridos no programas de pós-graduação em História Social da UFBA. Esses trabalhos foram pioneiros ao trazer novos horizontes de discussões das vivências étnicas nos espaços urbanos e rurais, sobretudo, apontando as bases geográficas como elementos fundamentais para a construção identitária. Na base interpretativa de Oliveira, o seu trabalho permite uma abertura de questionamentos em abertos sobre a construção da cidade de Feira de Santana juntamente com o ideal saudosista das memórias dos povos que ocuparam tradicionalmente a região do Vale do Jacuípe. As fontes utilizadas no processo investigativo possibilitaram uma ampliação do universo de discussão sobre a presença negra na história feirense. As novas fontes são fundamentais para a ressignificação da memória coletiva e individual e assim tecendo novas narrativas sobre a estruturação física, social, política, cultural e econômica do povo sertanejo.

Antes de adentrar em estudos contemporâneos, faz-se necessário situar essa temporalidade, no século XIX, ou seja, embora as presenças negras em

Feira de Santana passassem a ser (re) lidos, enquanto uma experiência “desconhecida” existe uma carência de estudos sobre os laços de solidariedade e sociabilidade dos negros escravos da região feirense e das trajetórias dos escravos no pós - abolição. Tem-se uma explicação que os laços sociais e os elementos de resistência da cultura negra foram esquecidos e silenciados, em nome de um projeto republicano de utopias civilizadoras. Por outro lado, a retomada temporal, pode ser lida que, comprovando a existência da escravidão negra em Feira de Santana, juntamente com outros elementos constituintes da sociedade escravista, tais como: economia e política e as idéias eugênicas presentes no território feirense apontam uma construção de uma identidade miscigenada. As temporalidades abordadas no trabalho permitem as possíveis descobertas sobre os (re) arranjos cotidianos e construções de possíveis autonomias dos escravizados, especialmente, nos séculos XVIII e XIX.

O trabalho de Freire (2007) é esclarecedor, pois, focaliza sua discussão na construção do referencial comercial da região feirense, utilizando como aparato teórico a História Econômica juntamente com a História Social. Suas discussões norteiam também na localização privilegiada de Feira de Santana, destacando – no seu enfoque temático a criação de gado e o avanço da pecuária foram importantes para a ocupação do território feirense. Além disso, ressalta a importância da produção de riqueza proveniente do trabalho escravo nas fazendas que possibilitou o conhecimento dos escravizados/as que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos de um determinado lugar.

O autor analisa a posição estratégica da região baseadas pelos seguintes aspectos: localizada numa região de transição entre o litoral e o sertão, ou seja, nem tanto ao mar, nem tanto a terra, a fertilidade de seu solo permitiu que nele fosse desenvolvida a pecuária e as variadas culturas agrícolas como o tabaco, a cana-de-açúcar, o algodão e a mandioca, dentre outras. A sua posição estratégica como ponto de descanso de boiadas vindas do sertão mais distante em direção ao litoral, foi fator determinante para que florescesse o comércio desses animais. (p.17). Neste sentido, as características geográficas da região feirense influenciaram no desenvolvimento da policultura e do comércio na localidade, ao mesmo tempo em que, eram estabelecidas redes de solidariedade, como trocas comerciais, em face, a ocupação territorial negra no solo agrestino mostrando as experiências sociais são ricas e abertas as contribuições das fontes documentais, arquivos particulares e depoimentos orais sobre as alternativas dos cativos de ganhar a vida dentro e fora do cativo.

Na mesma linha interpretativa de Freire, Poppino (1968), afirma a existência das diversas culturas agrícolas desempenhadas na região feirense durante o Império. As culturas agrícolas influenciavam nas relações sociais na localidade. A policultura presente na região permitiu as construções das rotas comerciais. Neste sentido, o algodão era plantado nas maiores fazendas, onde havia a exploração da mão-de-obra escrava, mas que antes do fim desse período o seu cultivo declinou. O fumo foi o cultivado por pequenos agricultores pobres, foi um dos mais importantes produtos comerciais do município, da segunda metade do século XIX até meados de 1950. Embora, fosse cultivada certa quantidade de cana-de-açúcar na

região de Feira de Santana, em áreas próximas a rios ou riachos, o seu solo, que não era tão rico quanto os férteis massapés do Recôncavo, nunca favorecessem um cultivo que justificasse o desenvolvimento dessa lavoura.

Progressivamente, essa cultura foi sendo abandonada e substituída por pastos de capim para a pecuária bovina. O desenvolvimento da pecuária na região de Feira de Santana, especificamente, a criação de gado, alavancou o progresso econômico da localidade, proporcionou a comunicação com as cidades circunvizinhas e as construções das vias de transporte para o gado⁵. A ampliação da economia da região tratar-se na verdade, de perceber, como as dinâmicas comerciais influenciam nas relações cotidianas dos sujeitos envolvidos neste processo, especialmente, os escravizados/as. O crescimento da região agrestina, no século XIX em torno dos fatores econômicos atrelava-se ao mesmo tempo, ao crescimento da mão-de-obra escrava na região. Neste contexto, a região de Feira de Santana na sua ocupação territorial detinha um emaranhado de relações sociais, as raças perfeitamente definidas sobre estratificação social. Poppino expôs que:

Nenhum branco era escravo, nem depois do século dezessete, houve índios escravos, Tanto índios como brancos encontravam-se, contudo, entre os lavradores de terra, tarefa, em regra, entregue a negros e mulatos. Por outro lado, mamelucos e mulatos, ocasionalmente, eram proprietários ou negociantes, embora,

geralmente, essas posições fossem ofuscadas por gente branca. Conquanto fôssem os vaqueiros brancos, negros ou mulatos, por tradição o vaqueiros brancos, negros ou mulatos, por tradição o vaqueiro ou era índio ou mameluco. (POPPINO, 1968, p.84).

Os trabalhadores negros africanos constituíram os novos padrões nas dinâmicas das relações e dos conflitos que emergiram na sociedade escravista feirense. O panorama conjuntural do século XVIII e XIX representa a diversidade dos grupos sociais nas zonas rurais e urbanas de Feira. O desenvolvimento econômico do “Portal do Sertão” contribuiu para o crescimento da população escrava, liberta e livre de cor nas diversas aquisições trabalhistas existentes na região. A população cativa e forra favorecia o crescimento da região com seu trabalho. O processo de crescimento populacional da região pode, em grande parte, as concessões de alforrias e a migração dos ex-escravos no pós-abolição (Poppino, 1968,p.52).

A diversidade de grupos étnicos presentes na sociedade feirense esteve atrelada a necessidade de mão - de - obra para a sua realização das atividades econômicas da localidade. Nesta perspectiva, da composição social da região, o tráfico transatlântico foi um setor de depósito de trabalhadores negros africanos nas lavouras agrícolas do Brasil e mesmo nas lavouras de algodão e fumo a população escrava teve uma quantidade significativa na estruturação social das comunidades escravistas. Seguindo essa lógica capitalista de obtenção de lucro, os cativos africanos foram essenciais na efetivação da agricultura monocultura em Feira de Santana e mesmo a catastrófica seca que atingiu a Bahia nos períodos de 1860 e 1870, não influenciou na diminuição da população cativa

⁵ O transporte de gado era feito pela Estrada Real do Gado. A estrada tinha função de via comercial e ligações com as cidades circunvizinhas. Ver, especialmente, o trabalho organizado por NEVES, Erivaldo Fagundes. & MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007. Sertão.

na região, ou seja, no declínio populacional desses trabalhadores. A diminuição da mão-de-obra cativa no Recôncavo Baiano foi proveniente de diversos fatores, tais como: seca, as moléstias, o fim do tráfico transatlântico, visto que modificou toda a estrutura socioeconômica da comunidade escravista. Como expôs Barickman (1998-1999):

A seca de 1857-61 outras se seguiriam. Mas nenhuma parece ter tido um impacto tão devastador quanto à de 1888-91. Justamente no momento em que os senhores de engenho tiveram, pela primeira vez, que organizar a produção exclusivamente na base da mão-de-obra livre, o Recôncavo experimentou uma falta quase total de chuva. No primeiro ano, a safra no engenho da Cruz, do recém-falecido Barão do Iguape, rendeu apenas 31.300 kg de açúcar, enquanto na praça de Salvador virtualmente se paralisou a exportação de açúcar. Embora seja impossível distinguir os efeitos da seca daqueles decorrentes da abolição, a documentação não deixa margem a dúvida: 1889 foi um dos piores anos para a população rural do Recôncavo e para sua agricultura. Afinal, as chuvas voltaram depois de 1857-61, e a chamada cana caiana que a "moléstia" atacava foi substituída. Não obstante, a estagnação continuou. Do mesmo modo, ao fim da seca de 1888-91 seguiu-se apenas uma recuperação lenta e muito incompleta das exportações de açúcar. (p.14 e 15).

Nos anos de 1872 os escravos do município somavam mais de 4.000 indivíduos, apenas na Freguesia de São José das Itapororocas, cuja área corresponde atualmente ao distrito de Maria Quitéria – onde está localizado o Povoado da Matinha-, possuía 661 escravos, o que equivalia a 9 por cento da população total da freguesia. Após 1850 a escravidão entra em declínio do cativo

forçado nesta e em outras regiões da Província da Bahia. O declínio fica evidente quando comparamos os números da década de setenta àquele do início do século XIX, na mesma freguesia das Itapororocas. (1968, p.256-7). O alto contingente da população negra na Freguesia de São José das Itapororocas foram devidos aos movimentos migratórios e de deslocamentos desta população, entre o Semi-Árido e Recôncavo, em busca de meios de sobrevivência, almejavam terras para desenvolverem a agricultura de subsistência, ou seja, a conquista de terras garantia sua independência diante os antigos proprietários de terras e escravos. (POPPINO, 1968, p.256-257).

A falta de escravos que já não vinham mais da África, e ainda eram vendidos para a lavoura cafeeira do Sul do país, provocou uma oportunidade de crescimento a partir da escassez da mão-de-obra africana. Porém, o principal fator da estagnação do comércio do açúcar, para ele, foi o comércio internacional: Portugal já não dava preferência de compra ao nosso produto, e outros países europeus, como a Espanha, Inglaterra, França e Holanda, tinham suas próprias colônias onde produziam açúcar. E assim, “entre 1873 e 1890, a crise no Recôncavo açucareiro, que já vinha de antes, se tornou aguda”. Em Feira de Santana, em 1835, encontramos quatro proprietários de engenhos localizados nas terras de Limoeiro e São Simão, cuja posse de escravos era superior a 20. Já em nosso período de estudo, encontramos onze inventariados com atividade canavieira em suas terras. Tivemos a oportunidade de verificar que os engenhos da região, situados todos na freguesia dos Humildes, não eram voltados unicamente para a fabricação de açúcar, pois em um deles produzia-se cachaça. (FREIRE, 2007, p.64). Quando anali-

samos o desenvolvimento da população cativa em Feira de Santana, nos séculos XIX, percebemos que os fatores externos e internos não influenciaram precisamente na propagação desse contingente populacional. Como expôs Popino, neste trecho:

Das três raças que povoaram Feira de Santana antes de 1860, só os negros aumentaram em números absolutos e relativos. Em 1872, havia menos de treze mil negros em Feira de Santana. Em 1940, esse número quase dobrara, conquanto a proporção de negros em relação aos outros grupos raciais do município, crescesse apenas de 3%. (p.250)

Por isso, outras perspectivas teóricas e abordagens acerca da existência da escravidão e de redes sociais em Feira de Santana, destacam-se os trabalhos de Flaviane Nascimento (2008) e Max Oliveira (2009), pois, diferente de estudos anteriores, os historiadores chamam a atenção nos seus estudos para a zona de transição do Recôncavo e o Semi – Árido e as diversas culturas agrícolas, estas são responsáveis para a penetração e manutenção da população negra cativa na freguesia feirense e nas regiões circunvizinhas. Nesta perspectiva, Nascimento aborda no seu trabalho o papel das mulheres negras cativas no período da escravidão, pois, a escravidão negra assegura o papel principal e impulsor de economia ao homem escravo, as mulheres escravas tinham seus papéis relegados ao lugar coadjuvante.

O trabalho da historiadora tem uma característica marcante, pois, protagoniza o papel das mulheres negras e escravas. Os papéis principais dessas mulheres no seu trabalho são referentes à produção da sua própria história, trajetórias

individuais e/ou coletivas no período escravista, em que, o processo de coisificação dos escravizados/as era determinante para as relações sociais no sistema escravista. A divisão sexual do trabalho ocorria com muito mais frequência em propriedades cujos/as senhores tinham capital suficiente para adquirir mão-de-obra necessária os mais diversos afazeres, logo, grande proprietários/as. Os papéis sociais com relação às ocupações não estiveram rigorosamente submetidos ao sexo durante a escravidão, variando, como já dito, principalmente num contexto de pequenos e médios proprietários e cuja diversidade produtiva fora preponderante (2008; p.33).

A contribuição de Nascimento à história da escravidão em Feira de Santana deu-se pelo trabalho de investigação as cartas de liberdade, escritura de compras e venda de escravos, penhor, hipoteca, procurações e além dos jornais, no qual, foi possível perceber as redes de sociabilidades e resistência criadas pelas mulheres cativas na sociedade agrestina e feirense. O fato da maior parte dessas mulheres terem se concentrado na lida diária da roça indica que a mão-de-obra escrava feminina foi largamente utilizada na policultura agrestina, cujo emprego na roça remonta, inclusive, a uma *ancestralidade africana* visto que em África as mulheres eram responsáveis pela agricultura de subsistência. A mão – obra feminina tem o papel principal desde o continente africano, as mulheres negras tinham várias atividades nas localidades africanas. Como expôs Nascimento:

O trabalho braçal, considerado indigno às sinhás, foi relegado às negras. Distanciadas da imagem de mulher frágil – existente apenas no ciclo restrito das classes dominantes

ocidentais -, as mulheres de África no Brasil foram submetidas a “todo serviço”: da roça, da casa ou nas atividades do ganho, eram sempre elas a realizá-los, mesmo porque aquela imagem de “mulher frágil” se contrapunha à lógica econômica do sistema escravista. (p.30).

No conjunto das sociedades africanas elas efetuavam tarefas diversas tanto agrícolas, quanto domésticas, especialmente às mulheres escravizadas, que no outro lado do Atlântico também eram responsáveis pela agricultura doméstica (NASCIMENTO; 2008 p.39). Neste sentido, vale ressaltar a importância das cartas de liberdade e processos cíveis na reconstrução de aspectos importantes da vida escrava, das estratégias de sobrevivência/resistência e das lutas contra o sistema escravista.

O trabalho de Max de Oliveira *Compadrio, criança e escravidão: Formação das relações de parentesco ritual pelas famílias escravas em Feira de Santana (1866-1880)* é de certa forma, inédito nas discussões sobre a história da escravidão em Feira de Santana. O historiador utiliza para a realização do seu trabalho as fontes eclesiásticas, ainda pouco exploradas pelos pesquisadores da temática e encontra algumas respostas nos livros de batismos de Feira de Santana e que podem ser ampliadas com o cruzamento de outras fontes, pois, a compreensão pura dos livros paroquiais não permite tirar conclusões completas sobre as informações presentes no documento, muitas vezes implícitas na entrelinhas de cada batizado.

Os trabalhos analisados são essenciais no processo de recomposição dos estudos sobre o território sertanejo destacando a experiência escrava numa região sócio, cultural e economicamente distinta. Portanto, as novas fontes pos-

sibilitam a construção de uma nova história e signos sociais na sociedade contemporânea. Neste contexto, os arquivos paroquiais, quase totalmente inexplorados, podem impulsionar novas frentes de investigação sobre a história da escravidão no agreste baiano desmistificando homogeneizações, modelos explicativos insuficientes, trazendo novas versões para a história dos escravizados, história de vidas encerradas em livros esquecidos por muitos historiadores que já decretaram o esgotamento do tema da escravidão.

Bibliografia

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial.** Salvador. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1990.

BOAVENTURA, Eurico Alves. (1989). **Fidalgos e Vaqueiros.** Salvador: Centro Editorial da UFBA.

FREIRE, Luis Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em feira de Santana, 1850-1888.** Salvador. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2007.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade Escravista Brasileira.** - São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

LIMA, Zélia de Jesus. Lucas **Evangelista: o Lucas da Feira: um estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana.** Salvador. Dissertação de Mestrado, 1990.

NEVES, Erivaldo Fagundes. & MIGUEL, Antonieta (Orgs.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos**

sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007. Sertão.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampuleiros traficantes: comércio de escravos do Alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista.* **Afro – Ásia, 24** (2000), 97-128.

NOGUEIRA, Max Oliveira Santana. **Compadrio, criança e escravidão: Formação das relações de parentesco ritual pelas famílias escravas em Feira de Santana, 1866-1880.** Feira de Santana: Monografia de conclusão do curso de graduação em História, UEFS, 2009.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De Empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1917).** Dissertação de Mestrado. - Salvador: UFBA, 200.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana.** Bahia: Editora Itapuã - Coleção Baiana, 1968.